

Relatório da Audiência n.º 9 -COF-XIV

Dia: 24 de janeiro de 2020

ENTIDADE: *ANTROP - Associação Nacional de Transportes de Passageiros*

ASSUNTO: Orçamento do Estado para 2020. Apresentação de propostas de alteração à proposta de Lei n.º 5/XIV

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão;
- Alberto Machado (PSD)
- Bruno Dias (PCP)
- Fernando Anastácio (PS)
- Isabel Pires (BE)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Alberto Fonseca, deu as boas vindas aos representantes da ANTROP, dando nota do modo de condução dos trabalhos, tendo depois passado a palavra à delegação da Associação.

O Presidente da ANTROP, começou por dizer que os traz aqui um tema antigo e recorrente, que entende manter toda a atualidade, que é o tema da discriminação positiva da fiscalidade dos combustíveis. Entende que, tendo em conta o papel fundamental que os transportes públicos desempenham a nível ambiental, social, de mobilidade, entre outros, deverão ser introduzidas medidas que promovam a diferenciação positiva do transporte público.

Referiu que o transporte público é assegurado essencialmente por privados que têm gerido a sua situação em função das vendas (bilhetes e passes), o que associado a uma tradicional fraca utilização do transporte público em Portugal, leva a que as empresas, por não terem outro tipo de apoios, não invistam e se degrade o transporte público.

Considera que embora o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), tenha alterado esta tendência desde o ano passado, não teve grande

impacto para as empresas do ponto de vista económico-financeiro, tendo sido praticamente neutro. Assim, e em resumo, embora do ponto de vista social tenha sido muito favorável para a população, para os operadores não se traduziu em ganhos suplementares, que aliás tiveram mais custos com a necessidade de reforçar da oferta, atendendo ao aumento que se verificou na procura.

Por outro lado, defendeu que se trata de uma medida justa a nível ambiental e que, para se cumprirem as metas ambientais, é necessário que se aposte nos transportes públicos. A discriminação positiva dos combustíveis dos transportes públicos pode ser uma forma de o Estado apoiar as empresas que assim poderão investir.

O Presidente da ANTROP, salientou ainda que, ao contrário de Portugal, não há nenhum país na União Europeia que aplique um mecanismo de gasóleo profissional apenas para as mercadorias. Inversamente, esses países, ou aplicam esse mecanismo apenas ao transporte de passageiros, ou a ambos.

Por outro lado, a ANTROP propõe que o transporte público seja excecionado da aplicação da taxa de carbono, apresentado uma alternativa para colmatar a perda de receita fiscal derivada desta medida, como melhor explica no [documento](#) que entregou para apoio da sua audiência.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) registou o contributo e disse concordar com a importância dos transportes públicos, do desafio da descarbonização e das questões energéticas. Por outro lado, embora compreendendo os argumentos aduzidos, o senhor Deputado perguntou aos representantes da ANTROP, se não entendem que será de alguma forma contraditório beneficiar o gasóleo, quando se pretendem introduzir formas alternativas de locomoção. Solicitou ainda que fosse esclarecida a questão referida em sede de exposição inicial, sobre não ter existido um aumento dos lucros como consequência do PART.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD), referiu que a argumentação mobilizada faz todo o sentido e que a questão de se igualar aquele que é o benefício dado ao transporte de mercadorias, é pacífico para o PSD. Disse, por fim, perceber que com o preço atual do gasóleo, seja difícil investir na renovação da frota.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) começou por agradecer toda a documentação e bem assim a análise feita sobre o Orçamento do Estado e também sobre o impacto do PART no sector. Perguntou, por fim, quais as previsões que têm sobre o impacto da discriminação positiva do gasóleo profissional que propõem, na própria evolução do sector.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) agradeceu as propostas efetuadas pela ANTROP, dizendo que da parte do PCP há abertura para proceder à respetiva análise e discussão. Mais notou que o sector dos transportes públicos está a atravessar um período de mudança, quer por via da mudança de políticas, quer por via das alterações legislativas, o que necessariamente implica alteração aos modelos de financiamento. Nesta esteira, o Senhor Deputado solicitou aos representantes da ANTROP, uma breve abordagem das suas perspetivas para o futuro próximo. Terminou pedindo uma opinião sobre o artigo 182.º do Orçamento do Estado (medida PROTransP).

O Senhor Vice-Presidente devolveu a palavra à delegação da ANTROP, que começou por dizer que não há contradição entre o apoio ao gasóleo nos transportes públicos e o incentivo ao uso de alternativas. A frota atual depende essencialmente do gasóleo e, portanto, tem que existir uma perspetiva holística e lidar com a realidade do país. No curto a médio prazo não há, portanto, contradição.

Clarificou também que o aumento da procura não beneficiou as empresas porque esta se verificou essencialmente na área metropolitana de Lisboa, não se tendo verificado no resto do país impacto significativo. Por outro lado, o incremento de procura verificou-se nas horas de ponta, que corresponde à altura do dia em que os recursos já estavam pouco disponíveis, logo teve que haver um reforço de veículos e motoristas, o que implicou custos acrescidos. Por outro lado, nas zonas mais longínquas, de fronteira, verificou-se a migração de pessoas que estavam fora do sistema multimodal, que passaram a fazer pequenos percursos de carro, de 5 a 10 quilómetros, para terem acesso a um passe muito mais barato, o que também implicou alguma perda de receita. Quanto aos efeitos previstos da implementação das medidas concretas propostas, a ANTROP espera que estas permitam libertar dinheiro para investir em frota, o que não acontece há mais de 10 anos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela ANTROP.

Antes de dar por encerrada esta audiência, a última no âmbito do Orçamento do Estado para 2020, o Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu aos serviços da Assembleia da República a colaboração prestada, que considerou essencial para o normal decurso das audiências.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada e a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2020



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca